

Quem é Luís Neves – O novo Ministro da Administração Interna

written by O Cidadão | 21 de Fevereiro, 2026



Luís Neves, de 60 anos, vai substituir Maria Lúcia Amaral que se demitiu depois da onda de críticas à forma como atuou e geriu a resposta à depressão Kristin que assolou o país no final de janeiro.

Luís António Trindade Nunes das Neves, formado em direito, começou na advocacia e entrou na PJ em 1995 e foi nomeado diretor desta polícia pela primeira vez em 2018 pelo governo socialista de António Costa. Cumpre atualmente na sua terceira comissão de serviço.

Na Polícia Judiciária, **esteve sempre ligado à investigação criminal,** na esfera do crime violento e organizado, terrorismo

e todas as formas de extremismo violento, rapto, sequestro, tomada de reféns, assalto à mão armada, tráfico de armas, tráfico de seres humanos, crimes cometidos com recurso a engenhos explosivos e crimes contra órgãos de soberania. Foi Diretor da Unidade Nacional Contra-Terrorismo (UNCT) e da extinta Direção Central de Combate ao Banditismo (DCCB).

Em unidades de combate à criminalidade violenta e organizada, o nome de Luís Neves ficou ligado à investigação, entre outros, dos casos de **desmantelamento de células da ETA em Portugal, de detenção de “skinheads” e do líder de extrema-direita Mário Machado, da detenção em Itália do espião do SIS Frederico Carvalhão Gil e do caso do rei Ghob, suspeito do homicídio de vários jovens.**

Um dos seus primeiros casos mais mediáticos ocorreu quando Manuel Subtil se barricou numa casa de banho da RTP, em janeiro de 2001, exigindo uma indemnização e ameaçando que se matava. Entregou-se várias horas depois.

Luís Neves, investigou – à frente da UNCT – o assalto e furto de material de guerra em Tancos. Nos últimos anos, o diretor nacional da PJ ficou também associado ao **desmantelamento de redes das máfias de Leste** e de grupos criminosos que assaltavam caixas de multibanco com recurso a material explosivo.

Sob a liderança de Luís Neves a PJ desencadeou também **uma das suas maiores operações**, deslocando para o arquipélago da Madeira mais de uma centena de inspetores, num processo em que estão em causa suspeitas de corrupção, prevaricação, abuso de poder e tráfico de influência, entre outros e que visava também o Governo Regional, fazendo várias detenções, incluindo o presidente da Câmara do Funchal, Pedro Calado, e constituindo arguido o presidente do executivo local, Miguel Albuquerque.

É também responsável pela detenção **do antigo banqueiro João**

Rendeiro, na África do Sul, depois de meses de investigação ao seu paradeiro, tendo o banqueiro estado mais de um ano fugido às autoridades portuguesas, após condenação a pena de prisão efetiva de três anos e meio por burla qualificada.

A direção de Luís Neves ficou ainda marcada pela modernização da PJ e reforço de quadros, incluindo especialistas e técnicos periciais, pela absorção de parte dos quadros provenientes do extinto Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e por um elevado aumento salarial dos inspetores, via subsídio de risco, que acabaria por motivar a contestação dos polícias da PSP e GNR que exigiram ao Governo negociações para um tratamento igualitário.

No ano passado, numa audição na Assembleia da República, Luís Neves **negou existir uma relação entre crime e imigração**, afirmando que a criminalidade violenta é mais baixa entre imigrantes do que entre nacionais e **atacou as “fake news” que tentam criar pânico em Portugal**.

Durante a sua carreira, Luís Neves foi agraciado com a Cruz de Mérito Policial atribuída pelo Ministro do Interior de Espanha em 2004 e com a Cruz da Ordem de Mérito do Corpo da Guarda Civil espanhola, atribuída em 2007, recebendo ainda uma condecoração pelo Vaticano.

Além de ter que começar a preparar a próxima época de incêndios, Luís Neves à frente do MAI tem também como missão a reforma da Proteção Civil, que o Governo tinha prometido para o final de 2025 mas que o primeiro-ministro anunciou agora para depois dos fogos, e as mudanças no SIRESP.

A anterior ministra deixou também um processo de negociação em curso com os sindicatos da PSP e associações da GNR, mas que estava a decorrer sobre protestos, tendo mesmo o maior sindicato da polícia abandonado negociações em dezembro.

Terá igualmente que enfrentar os problemas que têm surgido nos aeroportos, nomeadamente no aeroporto de Lisboa com longas

horas de espera que em abril terá novamente a funcionar o sistema europeu de controlo de fronteiras que foi entretanto suspenso.

OC/AJS/Agências